

# Justiça em

Edição 74  
Ano XIII - dezembro - 2019



# REVISTA

publicação bimestral da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo

## PROGRAMA E-VARA

Conheça um pouco mais  
sobre essa proposta  
organizacional

### NESTA EDIÇÃO

Segurança Institucional

Festival de Inovação Aberta

Inclusão da pessoa com deficiência

Cuidados com as compras online

Polo Regional IV

Turismo Rural em São Paulo

# 2019: ANO DE AJUSTES E PLANEJAMENTO

Concluímos mais um ano na Seção Judiciária de São Paulo e, nesta edição, que-remos compartilhar com os leitores da Justiça em Revista um pouco do trabalho realizado e lançar um olhar sobre alguns desafios para o próximo ano.

Como temos destacado, teremos em 2020 um corte muito intenso no orçamento da instituição, em razão da aplicação integral da PEC 95 (“teto de gastos”). Diante desse adverso cenário futuro, fomos obrigados a promover inúmeros ajustes, antecipando gastos, promovendo cortes e revisando contratos de duração continuada. Além disso, buscamos reduzir ao máximo o quantitativo de restos a pagar de exercícios anteriores. Com as iniciativas adotadas, estima-se uma redução anual de R\$ 20 milhões nos gastos com despesas de custeio para 2020.

Todavia, não tenhamos ilusões, esse elevado patamar de contenção só será atingido se houver engajamento e colaboração de todos. Por isso, precisamos reforçar a adesão e efetivar medidas de economia e de sustentabilidade que possuem potencial multiplicador e que serão essenciais para manter o funcionamento da Justiça Federal nos próximos anos. A responsabilidade pela gestão do gasto público depende cada vez mais do alinhamento das ações individuais ao planejamento central.

Nessa perspectiva multiplicadora, buscamos fortalecer os instrumentos de gestão e os canais de participação democrática,

avançando na institucionalização dos eixos do nosso planejamento estratégico (gestão da inovação, gestão estratégica, rede de governança integrada e participativa, gestão da comunicação, gestão por resultados, gestão de dados, estratégia de inovação tecnológica e política de inovação aberta). Cabe destacar que o Laboratório de Inovação da Seção Judiciária de São Paulo – iJusLab, primeiro Laboratório do Poder Judiciário, se consolidou neste ano como um espaço gerador de conhecimento e inovação e a Seção Judiciária de São Paulo tornou-se uma referência nacional em gestão e inovação.

Ainda nesse âmbito não poderíamos deixar de mencionar a consolidação da “Equipe de Gestão de Dados”, grupo multidisciplinar integrado por servidores da Administração Central, instituído para o aprimoramento das ferramentas de trabalho e para cuidar da gestão das informações administrativas. A ideia é formar um “armazém de dados”, por meio do uso de ferramentas que podem relacionar diferentes bancos de dados. Neste ano, vários projetos foram ou estão sendo finalizados e estão disponíveis para consulta na intranet, através do portal de Relatórios Gerenciais. Mais que trabalhar muito, é necessário aperfeiçoar os nossos fluxos, com vistas à obtenção de melhores resultados.

Temos também orgulho em apontar o início da implantação do Programa e-Vara (matéria de capa), desenvolvido no

Laboratório de Inovação da JFSP (iJusLab) e aprovado pelo CJF3R em outubro, com previsão de início em fevereiro de 2020, por intermédio de projeto-piloto na Subseção de Santos. Estamos convictos que a inovação organizacional tem potencial para aprimorar e fortalecer a nossa jurisdição.

Por fim, cabe um elogio público a todas as áreas administrativas, que trabalharam com afinco para viabilizar a execução dos projetos e programas. Sem os nossos talentosos servidores não teríamos atingido o patamar atual. A todos, nosso muito obrigado pelo engajamento!

Nesta edição, além do Programa e-Vara, a revista traz temas de relevância como: o reforço na segurança dos Fóruns, a reportagem sobre o Festival de Inovação Aberta, a inclusão de pessoas com deficiência no ambiente de trabalho, o Polo Regional IV e os cuidados necessários antes de realizar compras online.

Um ótimo Natal! Que 2020 seja um ano próspero em todas as dimensões de nossas vidas!

Boa leitura.

Luciana Ortiz Zanoni  
Caio Moysés de Lima  
Décio Gabriel Gimenez



Luciana Ortiz Tavares Costa Zanoni  
**Juíza Federal Diretora do Foro**

Caio Moysés de Lima  
**Juiz Federal Vice-Diretor do Foro (capital)**

Décio Gabriel Gimenez  
**Juiz Federal Vice-Diretor do Foro (interior)**

Maria Helena de Almeida Santos  
**Diretora da Secretaria Administrativa**

**Subsecretaria de Comunicação, Conhecimento e Inovação**  
Gisele Molinari Fessore (diretora)

**Núcleo de Comunicação Social**  
Hélio Martins Júnior (diretor)

**Seção de Multimídia e Audiovisual**  
Javã de Carvalho (supervisor)  
Edson Nagase  
Mariana Galluzzi de Sá

**Seção de Produção de Texto e Atendimento à Imprensa**  
Ricardo Acedo Nabarro (supervisor)  
Jefferson Messias  
Sergio Ricardo Quaranta  
Lídia Oliveira Esteves (estagiária)

Contato: imprensa-jfsp@jfsp.jus.br  
Telefones: (11) 2172-6175/6174  
Leia esta e outras edições em:  
<http://www.jfsp.jus.br/imprensa/>

# SEGURANÇA INSTITUCIONAL

A segurança é uma preocupação constante na Seção Judiciária de São Paulo. Nos últimos anos, diversas medidas têm sido adotadas para garantir a proteção dos usuários e do público interno. Apesar das restrições orçamentárias, houve investimentos em estrutura, capacitação dos agentes e aquisição de equipamentos como detectores de metais e scanners de bagagem, além da implantação da central de monitoramento eletrônico, que cuida de 53 prédios da Justiça Federal de São Paulo.

O aprimoramento da segurança, no entanto, é uma necessidade permanente. Em decorrência do episódio envolvendo o ataque a uma juíza no prédio do TRF3 em outubro deste ano, tanto o Tribunal quanto a Diretoria do Foro da Seção Judiciária de São Paulo revisaram e reforçaram procedimentos para incrementar a segurança institucional. Na JFSP, esse assunto foi amplamente debatido na reunião do Conselho de Governança Integrada, Participativa e Inovadora (CONGIP), realizada em 14/10, na capital.

“Nosso objetivo foi mostrar o que tem sido feito, os planos para o futuro, além de abrirmos um diálogo para ouvir os atores que compõem o CONGIP e analisar, do ponto de vista técnico, as propostas na área de segurança que fo-

ram apresentadas”, disse a juíza federal Luciana Ortiz Zanoni, diretora do Foro.

Na opinião do juiz federal Carlos Eduardo Delgado, vice-presidente da Ajufe da 3ª Região, que participou da reunião, o protagonismo que a Justiça Federal assumiu nos últimos anos tornou a questão da segurança mais relevante. “É essencial que tanto o Primeiro Grau quanto o Tribunal sejam chamados para o debate, de forma a poder analisar efetivamente o nível de segurança que hoje é oferecido para servidores, juízes e usuários”.

Em 17/10, a Diretoria do Foro divulgou o comunicado nº 11/2019, que estabeleceu os seguintes procedimentos adicionais de segurança a serem observados em todas as unidades da Seção Judiciária de São Paulo:

- Submissão do público externo à inspeção por detectores de metais e aparelhos de raio X, com exceção apenas dos juízes e servidores que tenham lotação ou sede de seus cargos nas dependências da respectiva unidade e os integrantes de escolta de presos;
- Os agentes de segurança judiciária, que recebem GAS ou ocupam função de supervisão/setor de segurança, deve-

rão permanecer uniformizados e atuar de forma ostensiva, por meio de implementação de posto na portaria das unidades, apoiando e orientando a equipe de vigilância terceirizada, especialmente no acompanhamento de eventuais resistências à submissão ao procedimento de controle de acesso;

- Uso obrigatório do crachá por todos os servidores, estagiários e terceirizados, a fim de assegurar a correta identificação pela equipe de segurança, principalmente no controle de acesso;
- Observância rigorosa do horário de expediente (9 às 20h), conforme estabelecido pela Ordem de Serviço nº 07/2016, em razão da redução da estrutura de segurança local fora do período de trabalho;
- Comunicação imediata à equipe de segurança local de qualquer atitude suspeita ou incompatível com o ambiente judicial (agressividade, ainda que verbal, ameaças, mesmo que veladas, ou ofensas) pelos ramais habituais e nos casos reputados graves utilizando-se do ramal de emergência (7190).

Tais medidas visam ao fortalecimento da segurança e contam com a concordância e apoio dos entes públicos cujos membros detêm prerrogativas de ingresso em prédios públicos. Essas diretrizes também estão em conformidade com as recomendações divulgadas pelo TRF3 e com o disposto na Resolução CNJ nº 291/2019, que dispõe sobre a política e o sistema nacional de segurança do Poder Judiciário.

A Diretoria do Foro considera que a participação, apoio e contribuição de todos será essencial para que as diretrizes de segurança institucional sejam plenamente efetivadas na JFSP. ■



Assista à reportagem da reunião do CONGIP sobre segurança institucional, clicando aqui.

# ACONTECEU – OUTUBRO/NOVEMBRO



**VISITA** - No dia 1/10, o iJusLab recebeu a visita dos presidentes dos Tribunais paulistas que vieram conhecer sua estrutura e os projetos desenvolvidos.



**CURSO** – Aconteceu em 7/10, no auditório do JEF/SP, o curso “Orçamento Público”, que abordou os principais desafios em tempos de restrição orçamentária. 



**AUDIÊNCIA** - A Diretoria do Foro realizou, no dia 9/10, uma audiência pública a fim de debater a proposta orçamentária da SJSP para 2021.



**E-VARA** – O Fórum de Santos realizou, no dia 15/10, uma reunião para tratar da implantação do projeto-piloto do “Programa e-Vara” na Subseção.



**LIODS** – Nos dias 10 e 11/10, foram realizados dois eventos que debateram iniciativas do Judiciário para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. 



**GOVJAM** - Entre os dias 22 e 24/10, o iJusLab recebeu pelo segundo ano consecutivo o “Global GovJam”, evento mundial de inovação em governo. 



Este ícone indica que a matéria possui um vídeo na Internet.



**CAPACITAÇÃO** - No mês de outubro, agentes de segurança da JFSP passaram por uma capacitação de 32 horas, realizada pelo CJF, na capital paulista.



**BAURU** – Nos dias 28 e 29/10, a Subseção Judiciária de Bauru comemorou seus 25 anos de funcionamento com um evento no auditório da OAB local.



**NOVOS SERVIDORES** – No final de outubro, 13 analistas administrativos e seis da área de contabilidade tomaram posse na Seção Judiciária de São Paulo.



**INOVAÇÃO** – Juízes e servidores da JFSP participaram da 5ª Semana de Inovação do Setor Público, promovida de 4 a 7/11, em Brasília.



**ORÇAMENTO** – No dia 6/11 a Diretora do Foro, junto com os presidentes da AJUFE e AJUFEMG, reuniu-se com deputados em Brasília para tratar do orçamento da Justiça Federal.



**DIA DO SERVIDOR** - Aconteceu nos dias 7 e 8/11 a XIII Convenção em Comemoração ao Dia do Servidor, realizada no auditório do JEF/SP. 📺



**WORKSHOP** - Laboratório de Inovação sediou, no dia 22/11, o workshop “Importunação Sexual”, promovido pela Ong Think Olga. 📺



**MINICONF** – Foi realizada em 21/11 a 6ª Miniconferência do iJusLab, que tratou do tema “Smart Building”. 📺

# DECISÕES JUDICIAIS

Acesse a íntegra das notícias clicando no ícone correspondente. 

## 19/11 - CONDENADO TEM PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA ENQUANTO AGUARDA RECURSO

O réu, que cumpria provisoriamente uma pena de 5 anos e 4 meses em regime semiaberto por roubo, foi beneficiado pela decisão do STF que decidiu ser somente com a condenação definitiva, transitada em julgado, que alguém poderia ser impedido a cumprir pena. Diante disso, estando o réu em prisão provisória indevidamente, o juízo expediu alvará de soltura e, na sequência, decretou sua prisão preventiva. 

## 11/11 - ANS TEM 30 DIAS PARA CUMPRIR CONDIÇÕES SOBRE ATUAÇÃO DE ENFERMEIROS OBSTETRAS

Além de fiscalizar os planos de saúde, a ANS terá de operacionalizar normas e procedimentos para que as entidades da iniciativa privada efetuem o ressarcimento dos referidos profissionais por consultas pré-natais ou pós-parto, independentemente de qualquer autorização ou encaminhamento médico. A agência deverá garantir também a possibilidade dos obstetras e enfermeiros requisitarem exames de rotina e complementares. 

## 11/11 - CECON-SP FINALIZA 1.500 PROCESSOS DE FORMA CONSENSUAL

A Central de Conciliação de São Paulo (Ceccon-SP) realizou 1.499 acordos durante a 14.ª Edição da Semana Nacional da Conciliação, evento promovido, de 4 a 8 de novembro, pelo Conselho Nacional de Justiça em parceria com diversos tribunais brasileiros. Os processos finalizados movimentaram cerca de R\$ 92 milhões. Ao todo foram realizadas 7.634 audiências no evento. 

## 06/11 - JUSTIÇA MANTÉM LEILÃO DO PRÉ-SAL E AGUARDA MANIFESTAÇÃO DA UNIÃO

A juíza federal Silvia Figueiredo Marques, da 26ª Vara Cível Federal de São Paulo, intimou a União Federal para que se manifeste sobre o pedido formulado em uma ação popular, que visava impedir o leilão sobre quatro áreas do pré-sal na Bacia de Santos/SP no dia 6/11. O leilão foi mantido pela magistrada. 

## 29/10 - CANCELADA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E ARENA ITAQUERA S.A

Atendendo ao pedido conjunto das partes, a 24ª Vara Cível Federal de São Paulo cancelou a audiência de conciliação marcada para o dia 29/10 entre Arena Itaquera S.A e a Caixa Econômica Federal, em ação de execução movida pela instituição bancária. A audiência objetivava acordo de aceitação dos valores mobiliários oferecidos em penhora pela Arena à CEF. O processo foi suspenso por 30 dias. 

## 28/10 - VÍTIMA DO GOLPE DO "BILHETE PREMIADO" NÃO SERÁ INDENIZADA PELA CAIXA

Uma mulher vítima do chamado "golpe do bilhete premiado" teve o seu pedido de indenização por danos materiais, movido contra a Caixa, negado pela 4ª Vara Federal Cível de São Paulo/SP. A autora da ação disse que foi abordada na rua por dois indivíduos e que um deles disse ser possuidor de um bilhete de loteria premiado no valor de R\$ 1,5 milhão, mas que não poderia sacá-lo por ser evangélico e, portanto, não ficaria com o prêmio. 

## 28/10 - PROCURADOR QUE ATACOU JUÍZA É TRANSFERIDO PARA PENITENCIÁRIA

A decisão, proferida em 23/10 pela juíza federal Andréia Costa Moruzzi, levou em consideração os laudos apresentados pelo perito nomeado e pelos médicos do HC, que atestaram a evolução do quadro clínico do investigado, estando ele "em condições de exercer por si só os cuidados pessoais sem supervisão, ajuda ou presença de terceiros". 

## 24/10 - HOMEM É CONDENADO POR AMEAÇA À PERITA DO INSS

Um morador de Campinas/SP, inconformado com os laudos médicos desfavoráveis ao seu pedido de auxílio-doença, foi condenado a dois anos de reclusão (regime aberto) por ameaçar verbalmente uma perita do INSS. "Para se configurar o crime de ameaça, basta a intenção de pronunciar um mal ou medo a alguém, exteriorizada de forma fria por meio de palavras, gestos, escritos ou qualquer outro meio simbólico", afirmou o juiz na decisão. 

## 23/10 - ESTADO TERÁ DE CONSTRUIR ESCOLA EM ALDEIA INDÍGENA DE CANANÉIA

O prédio a ser construído em Cananéia terá de contar com duas salas de aula, sanitário, refeitório, cozinha, biblioteca, espaço administrativo e pátio coberto com sala de informática. Trata-se da segunda sentença judicial que determina ao Estado de São Paulo construir uma escola em comunidade indígena na região do Vale do Ribeira. A primeira, de 27/8, referia-se à Aldeia Pindoty, no município de Pariqueira-Açu/SP. 

## 04/10 - PRISÃO DE PROCURADOR QUE ATACOU JUÍZA NO TRF3 É MANTIDA

Na madrugada do dia 5/10, o juiz plantonista do Fórum Federal Criminal substituiu a prisão preventiva do procurador da Fazenda Nacional, Matheus Carneiro Assunção, pela internação provisória no Hospital das Clínicas em São Paulo, atendendo ao pedido da defesa. Ele ficará aos cuidados da equipe de psiquiatria do HC, sendo dispensada a manutenção dos agentes da PF no local. 

## 02/10 - INDEFERIDA PETIÇÃO INICIAL DO PROCESSO SOBRE O PROGRAMA MAIS MÉDICOS EM SÃO PAULO

O juiz federal Leonardo Safi de Melo, da 21ª Vara Federal Cível de São Paulo/SP, indeferiu liminarmente a petição inicial e julgou extinto, sem resolução do mérito, o processo que buscava a prorrogação do edital do Programa Mais Médicos para o município de São Paulo. A decisão, de 1/10, atende ao pedido feito pela União Federal que pleiteou a reforma da liminar concedida em 17/9, a qual havia prorrogado o edital por seis meses. 

## 02/10 - JUSTIÇA ABSOLVE RÉU QUE SOFREU ACIDENTE GRAVE

A 1ª Vara Federal de Assis/SP absolveu um réu acusado do crime de descaminho e que, alguns anos após a ocorrência dos fatos, foi vítima de um grave acidente que o deixou acamado por quase dois anos e, atualmente, paraplégico. Diante das peculiaridades do caso, o MPF pediu a absolvição do réu, tendo a defesa acompanhado o parecer ministerial. 

 Este ícone indica que a matéria possui um link com a internet.

# A INOVAÇÃO ABERTA NA JFSP



📺 [Acesse a videorreportagem sobre o Festival de Inovação da JFSP, clicando aqui.](#)

O dia 27 de setembro de 2019 ficará marcado na história da Justiça Federal de São Paulo como a data de seu primeiro Festival de Inovação Aberta, o *Just Pitch Festival*. O evento, que comemorou os dois anos de criação do Laboratório de Inovação (iJusLab), contou com a presença de startups, operadores do Direito, desembargadores, juízes, servidores e entusiastas da inovação.

“É um momento especial para nós, pois são dois anos empenhando esforços pela inovação. Trata-se de um caminho inevitável para atingir a excelência no serviço público”, afirmou a juíza federal diretora do Foro, Luciana Ortiz Zanoni, na abertura do evento.

O juiz federal Paulo Cezar Neves Junior, coordenador do iJusLab, destacou que “a inovação aberta é importante para o fortalecimento do programa iNovajusp porque traz a sociedade para mais perto do Judiciário. Assim, poderemos ter uma inovação feita com a participação de todos”.

O festival aconteceu na sede da Federação das Indústrias do Estado de

São Paulo (FIESP), na capital paulista. Na parte da manhã, foram destacadas iniciativas desenvolvidas no iJusLab, além da realização de palestras. À tarde, aconteceram as apresentações dos projetos de startups e empresas com soluções inovadoras para o aperfeiçoamento dos serviços da JFSP.

Os participantes mostraram suas propostas para uma comissão formada por convidados com expertise em inovação. Dos sete projetos inscritos, três foram vencedores. Cada um deles recebeu como prêmio um tablet e o direito de participar do concurso “Acelera Startups”, promovido pela FIESP. Foram selecionados os projetos “Mediação Online (MOL)”; “Jurischain”; e “Looplex”.

O juiz federal Caio Moysés de Lima, vice-diretor do Foro (capital), falou sobre os benefícios trazidos com o festival. “Quando promovemos um evento como esse, estamos chamando a sociedade para opinar, trazer soluções e, assim, conhecermos o interesse que as pessoas têm sobre nossos serviços. Para as empresas e startups que vêm participar, essa também é uma forma de conseguirem projeção para lançar os seus produ-

tos no mercado”.

Para Lucas Amorim, responsável pelo projeto “Jurischain”, a realização do festival e o recebimento do prêmio “mostram que o Judiciário, de fato, está se transformando em um polo de inovação para o país e isso significa muito, porque um Judiciário inovador, rápido e eficiente é algo que o Brasil precisa”.

Na opinião do juiz federal Décio Gabriel Gimenez, vice-diretor do Foro (interior), “a Justiça Federal de São Paulo pautou uma questão extremamente importante, que é enfrentar os desafios do mundo contemporâneo a partir de soluções que sejam inovadoras, mas, sobretudo, que deem respostas adequadas àquilo que se espera como solução concreta”.

O festival é o ápice de um trabalho de dois anos buscando a disseminação da cultura da inovação e o estímulo ao trabalho colaborativo, com foco no usuário. “É um crescimento das soluções para resolver uma série de problemas e desafios que impactam as nossas atividades no dia a dia”, disse Gisele Fessore, diretora da Subsecretaria de Comunicação, Conhecimento, e Inovação (UCIN). ■



## Lançamento de Livro

O encerramento do evento se deu com o lançamento do livro “Inovação no Judiciário: conceito, criação e práticas do primeiro Laboratório de Inovação do Poder Judiciário”. A obra foi escrita por um grupo de servidores, magistrados e apoiadores comprometidos com a mudança no serviço público. O livro possui dez capítulos, entre os quais estão compartilhadas as experiências de implantação do iJusLab. Ele pode ser baixado gratuitamente em formato PDF no site da editora Blucher: [www.blucher.com.br](http://www.blucher.com.br).

# 3ª REGIÃO DÁ INÍCIO À IMPLANTAÇÃO DO “PROGRAMA E-VARA”

**A**provado pelo Conselho da Justiça Federal da 3ª Região (CJF3R), no dia 3/10/2019, o Programa e-Vara prevê a revisão do ambiente organizacional das unidades jurisdicionais da Primeira Instância, mediante a criação de Centrais de Processamento Eletrônico (CPEs), exclusivamente voltadas para a execução de tarefas padronizadas, sem cunho decisório e realizadas em ambiente compartilhado que ultrapassa os limites físicos das atuais varas

Um dos principais motivos que levou à criação do Programa e-Vara (antigo “Rede PJe”) foi a necessidade de adequação do fluxo dos processos, das competências dos servidores e da padronização de serviços frente à nova realidade tecnológica. Idealizado no Laboratório de Inovação da Justiça Federal de São Paulo – iJusPLab, o Programa foi desenhado inicialmente para o processamento eletrônico dos feitos por intermédio de núcleos vinculados administrativamente à Diretoria do Foro, que seriam responsáveis pela execução dos serviços padronizados dos autos eletrônicos, com possibilidade de abrangência de toda a Seção Judiciária. Neste contexto, vislumbrou-se que a criação de uma rede de execução de tarefas no ambiente eletrônico poderia racionalizar e potencializar a realização de atividades sem cunho jurisdicional, obtendo-se melhores resultados.

Posteriormente, o Programa passou por diversas etapas de debate, onde magistrados e servidores tiraram suas dúvidas e enviaram críticas e sugestões. A partir dessas ponderações, a proposta foi revista no Conselho de

Governança Integrada, Participativa e Inovadora – CONGIP num esforço de superação dos impasses encontrados, de resposta às dúvidas apresentadas e de enfrentamento dos riscos identificados.

## Nova política institucional

O Programa e-Vara tem como escopo o necessário alinhamento da estrutura organizacional da Justiça Federal da 3ª Região às modificações tecnológicas que transformaram o modo como os processos judiciais tramitam.



Logotipo criado para o Programa e-Vara

O ponto de partida da modificação que se propõe é a constatação de que existe um paralelismo entre, de um lado, o modo como os feitos judiciais tramitam e, de outro, a forma como se organizam as estruturas responsáveis por esse processamento.

Esse modelo organizacional não é o resultado do acaso, mas sim das necessidades inerentes à forma como o processamento judicial ocorria na Justiça Federal. Uma vez que os feitos tramitavam fisicamente, isto é,

em suporte papel, parte significativa do trabalho das unidades judiciárias era dedicado a tarefas de âmbito burocrático. Exemplo disso é a atividade de juntar documento num processo. Para fazê-lo, era necessário receber a petição, protocolá-la, numerá-la, perfurá-la e, por fim, inseri-la nos autos judiciais, até que o feito correspondente fosse levado à conclusão. Ter essa atividade como parte da rotina de uma unidade judiciária significava comprometer parte crucial do tempo de servidores públicos.

A chave para compreender essa transformação está nos impactos decorrentes da implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) para o modo como os feitos judiciais são julgados. Com a implantação de uma forma eletrônica de processamento judicial, parte das tarefas que exigiam a atuação de servidores deixou de ser necessária. O ato de juntar uma petição agora é automatizado com uma ação que sequer ocorre propriamente no âmbito do Poder Judiciário. Uma vez que um advogado acessa o PJe e assina uma petição intercorrente, por exemplo, ela imediatamente fica disponível ao magistrado para a sua apreciação.

Para avaliar os processos de trabalho do PJe, foi realizado um mapeamento onde foram identificados sete grandes conjuntos de tarefas utilizadas durante a tramitação eletrônica, que representam atividades centrais para a movimentação das ações: distribuição, triagem, comunicação, expedição, cumprimento, confecção de atos ordinários e confecção de

# Entrevista com a presidente do TRF3



**Justiça em Revista: O que levou o Tribunal Regional Federal da 3ª Região a implantar um programa para apoiar o processamento judicial eletrônico?**

**Therezinha Cazerta:** O impacto das novas tecnologias sobre o mundo contemporâneo é uma realidade para a qual não poderíamos fechar os olhos. No nosso caso, após a implantação do PJe e com o

avançar do grau de virtualização do acervo, passamos a vivenciar profundas transformações e todos perceberam o impacto no modo como tramitam os processos judiciais. O programa e-Vara é a resposta organizacional que o TRF3 propõe para mantermos a excelência da prestação jurisdicional no ambiente virtual, atingirmos maior eficiência e racionalidade na alocação de recursos humanos e materiais e, ainda, enfrentarmos um cenário de profundas limitações orçamentárias.

**JR: Qual a razão da opção pelo modelo de Centrais de Processamento Eletrônico (CPE)?**

**TC:** O objetivo primordial é o de propiciar condições adequadas de exercício da atividade jurisdicional, que viabilize atuação independente e célere, apesar das restrições financeiras. Nessa perspectiva, o programa prevê a manutenção de razoável estrutura nas e-Varas, que permanecerão com responsabilidade plena pela gestão dos processos e por toda atividade de cunho decisório. As Centrais de Processamento (CPEs) apoiarão o processamento judicial, executando apenas atividades sem cunho decisório, que serão

gradativamente padronizadas e realizadas num ambiente de intenso compartilhamento e colaboração. Esse modelo inovador almeja dinamizar o processamento e ao mesmo tempo fortalecer a área-fim, que é a nossa razão de existir.

**JR: Quais as perspectivas de expansão do Programa?**

**TC:** O Tribunal tem pés no chão e tudo vem sendo feito com muito cuidado. Não sem razão, o Conselho optou por implantar um programa-piloto, na Subseção de Santos, abrangendo as varas com competência cível e previdenciária, que se voluntariaram para isso. Estamos neste momento planejando a implantação do programa na Subseção de Campinas, que igualmente se voluntariou para o piloto. Essas duas experiências serão acompanhadas de perto e os resultados obtidos serão avaliados, com total transparência. A partir daí, devem ser efetuadas as correções necessárias e projetada uma expansão progressiva, priorizando-se subseções e fóruns voluntários, que tenham elevado grau de virtualização do acervo.

**JR: De que forma os magistrados e servidores podem colaborar para o sucesso do Programa?**

**TC:** Nosso corpo de servidores e magistrados é altamente qualificado e vem contribuindo muito com o desenvolvimento do Programa. Basta lembrar que o projeto inicial foi concebido no Laboratório de Inovação (iJuspLab) e aprofundado de forma participativa, incorporando inúmeras ideias e sugestões. Mesmo as críticas apresentadas foram muito importantes porque nos fizeram rever alguns pontos frágeis. O sucesso do Programa e-Vara depende desse engajamento e da ampliação do ambiente participativo e colaborador.

*foto: Assessoria de Comunicação Social do TRF3*

minutas e assinatura de despachos, decisões e sentenças. Na ocasião, foram identificadas atribuições que podem ser agrupadas, resultando, assim, em sequência lógica de atos ordenados de acordo com os fluxos estabelecidos pelo sistema.

Nesse sentido, o Programa sintetiza-se em um modelo no qual é conferida prioridade à manutenção da independência jurisdicional, mantendo-a como parte integrante da atuação dos magistrados na Justiça Federal da 3ª Região. A remodelação das unidades judiciárias não impacta, portanto, em

quaisquer aspectos relativos à forma como decisões serão proferidas e processos serão conduzidos.

Portanto, o Programa e-Vara foi pensado de modo a manter, sob responsabilidade das varas federais, toda a atividade de teor finalístico, especializando-as tanto na atuação jurisdicional propriamente dita (confecção de decisões) quanto na sua gestão e mantendo a autonomia das unidades para que planejem e conduzam o acervo nos exatos termos fixados pelos seus magistrados.

## Fase de implantação e projeto-piloto

Após a aprovação do Programa e-Vara pelo Conselho da Justiça Federal da 3ª Região, dois grupos de trabalho (um em São Paulo e outro em Santos) se formaram para a etapa de implantação, em caráter experimental (projeto-piloto), da Central de Processamento Judicial Eletrônico (CPE) na Subseção Judiciária de Santos, sendo essa uma fase aberta a mudanças, testes e ajustes, conforme o desenvolvimento das atividades.

“Formamos na Diretoria do Foro um grupo de trabalho com o intuito de engajar as diversas áreas da administração na implantação e acompanhamento do projeto. Esse grupo fixou dez eixos de atuação, que vão desde adequações no ambiente de trabalho, mobiliário e no próprio PJe, passam pela seleção e capacitação dos servidores que irão compor a CPE e culminam com a estruturação da governança prevista nos normativos. Nosso intuito é que a implantação do projeto-piloto seja feita de forma planejada, respeitando as limitações de recursos e gerando o menor ruído possível no funcionamento da Justiça”, relatou o Vice-diretor do Foro, juiz federal Décio Gimenez.

Com a previsão de funciona-

mento a partir de fevereiro de 2020, a CPE-Santos inicialmente abrangerá os processos da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Varas Federais, ressalvada posterior ampliação, que será objeto de ato próprio. Até que o acervo da Subseção seja completamente virtualizado, inclusive no que tange às ações criminais, a área de distribuição continuará cumprindo todas as rotinas referentes aos processos físicos, inclusive as tarefas afetas ao protocolo, caso necessário.

Os grupos de trabalho têm como atribuições auxiliar na implantação da Central de Processamento Eletrônico e prospectar soluções inovadoras, a fim de que as tarefas sejam realizadas de forma simplificada, célere e adequada. Além disso, poderão propor medidas para

aperfeiçoar o Programa, sistematizar procedimentos e sugerir boas práticas atualmente realizadas pelas varas e que serão aplicadas na CPE. Também terão o papel de estimular o envolvimento dos servidores, fornecer orientações, esclarecer dúvidas entre outros.

Os trabalhos em Santos foram divididos basicamente em cinco eixos: manutenção de interlocução com o grupo de trabalho da Diretoria do Foro; acompanhamento das alterações de infraestrutura e mobiliário; proposição de adequações no PJe e instrumentos de gestão; gestão de pessoas; e unificação de procedimentos e documentos.

Cada subgrupo elaborou um cronograma de trabalho, com vistas a executar as tarefas que ficaram sob sua responsabilidade. Semanalmente é feita

## Diretrizes do Programa

(Art. 2º do Provimento CJF3R Nº 34, de 10 de outubro DE 2019)

**I – preservação da autonomia e independência judicial das unidades jurisdicionais afetadas, especialmente quanto à gestão do acervo, instrução dos processos e conteúdo das decisões;**

**II – racionalização da estrutura disponível, em busca de eficiência nos resultados, mediante compartilhamento de recursos humanos e materiais, bem como da especialização e padronização de tarefas repetitivas;**

**III - formação de uma rede colaborativa e integrada, para fins de equalização dos recursos disponíveis de acordo com a carga de trabalho em cada unidade;**

**IV – regionalização compatível com o grau de interiorização da Justiça Federal na 3.ª Região;**

**V – permanente identificação e mapeamento de tarefas e dos processos de trabalho no ambiente do PJe, bem como das possibilidades de automação de rotinas e de introdução de instrumentos de inteligência artificial;**

**VI – diálogo permanente entre as instâncias que vierem a compor o Programa e-Vara, mediante qualificação das deliberações, a partir de olhares plurais e múltiplos, adotando, sempre que possível, as técnicas de construção de consensos;**

**VII – preocupação global e integrada com o ambiente de trabalho, especialmente com o impacto do uso das tecnologias sobre a saúde dos servidores e magistrados;**

**VIII – criação de indicadores para mensuração e monitoramento da produtividade no interior do Programa e-Vara e da satisfação de servidores e usuários;**

**IX – abertura de canais para participação de magistrados, servidores e usuários no que concerne à apresentação de sugestões, críticas e reclamações;**

**X – implantação progressiva e paulatina, priorizando-se a localização de CPEs em subseções voluntárias e varas com elevado grau de virtualização do acervo, iniciando-se com projetos-piloto;**

**XI – transparência no funcionamento do modelo, mediante a disponibilização de informações sobre estrutura, fluxos, recursos disponíveis e resultados alcançados;**

**XII – instituição de programa permanente que permita a rápida identificação de problemas e a busca imediata de soluções complementares, visando ao aperfeiçoamento do modelo.**

A documentação e os normativos do “Programa e-Vara” encontram-se disponíveis na intranet. Acesse: <http://intranet.jfsp.jus.br/e-vara/>

Acessibilidade: +A -A • A A Intranet: TRF • JFSP • JFMS • JEF

JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária de São Paulo

**INTRANET SP**

Institucional Informações e Procedimentos Manuais, Tutoriais e Educação Sistemas

Intranet • Programa e-Vara  
Publicado em: 29/08/2019 10:52 - Atualizado em: 11/12/2019 12:01

## PROGRAMA E-VARA



**PROGRAMA e-Vara**

O **Programa e-Vara** (antigo projeto "Rede PJe") foi desenvolvido no âmbito da oficina "Design Estratégico e Metodologias Colaborativas", organizado no iJusPLab (DF.SJSP) no período de 10/10/2017 a 09/11/2017.

Inicialmente, o "Programa E-VARA" foi desenhado para o processamento eletrônico dos feitos por intermédio de núcleos vinculados administrativamente à Diretoria do Foro, que seriam responsáveis pela execução dos serviços padronizados dos autos eletrônicos, com possibilidade de abrangência de toda a Seção Judiciária. Neste contexto, vislumbrou-se que a criação de uma rede de execução de tarefas no ambiente eletrônico poderia racionalizar e potencializar a realização de atividades sem custo jurisdicional, obtendo-se maiores e melhores resultados.

Após a apresentação do [projeto inicial](#), foram recebidos 59 e-mails, com mensagens de estímulo, dúvidas, sugestões e críticas. Todas as mensagens foram lidas, resumidas e tabuladas num "quadro-resumo", que está anexado ao SEI 0003030-47.2018.4.03.8001 (aberto à consulta pública), juntamente com todos os demais documentos relevantes.

A partir dessas valiosas ponderações, a proposta foi revista, num esforço de superação dos impasses encontrados, de resposta às dúvidas apresentadas e de enfrentamento dos riscos identificados. A versão ora apresentada, que complementa e aprofunda a anterior, está organizada na forma de diretrizes, riscos e estratégias. Em 15 de fevereiro foi disponibilizado o [relatório do projeto, documentos e o comunicado 5/19](#).

O [projeto final](#) foi aprovado pelo Conselho da Justiça Federal da 3ª Região em outubro de 2019. A partir de então, a Diretoria do Foro tem concentrado esforços na implantação do projeto piloto e estará atenta à necessidade de ajustes, conforme o desenvolvimento das atividades.

Página do Programa na Intranet: <http://intranet.jfsp.jus.br/e-vara/>

uma reunião com todos os integrantes, para que cada um informe as providências que estão sendo tomadas, relatando os avanços nas tarefas, bem como as dificuldades encontradas.

"Posso dizer que a atuação do grupo de trabalho em Santos tem sido bastante intensa, além de inovadora, colaborativa e participativa, tal como o é o próprio Programa. Sempre fui uma entusiasta por acreditar que estamos tentando dar uma resposta institucional inovadora aos ultrapassados métodos de trabalho ressentidos com o advento do PJe. O Programa e-Vara mostra-se animador, pois os resultados projetados já começaram a despontar com a atuação do grupo de trabalho, contribuindo para que sejam melhor definidas as novas competências tanto da CPE como das e-Varas. Merece destaque a percepção de que surge a consciência sobre a necessidade da mudança e que o projeto, por ser disruptivo e em constante aprimoramento, virá como forma de dar a resposta às deficiências que não estão sendo possíveis corrigir no atual

modelo", disse a juíza federal Alessandra Nuyens Aguiar Aranha, diretora da 4ª Subseção.

Na opinião do servidor Milton Ferreira Ornelas, da 4ª Vara de Santos, haverá necessidade de adaptação e treinamento dos servidores envolvidos devido à grande mudança estrutural, mas o Programa "propiciará que a prestação jurisdicional seja mais célere, uma vez que os servidores lotados nas e-Varas terão como tarefa principal a elaboração de minutas de despachos, decisões e sentenças, ficando as demais tarefas relativas ao processamento sob a responsabilidade dos servidores que forem lotados na CPE". Amauri Pestana, do Núcleo de Apoio Regional, concorda com o colega. "É o futuro do Sistema Judiciário Brasileiro, todos devemos buscar uma maior efetividade com o máximo de eficácia".

Para a diretora da Subsecretaria de Comunicação, Conhecimento e Inovação, Gisele Molinari Fessore, que integra o grupo da capital, o Programa e-Vara "é um marco inovador na área-

fim, que busca adaptar as atividades de trabalho aos modernos modelos de gestão, com foco no compartilhamento de atividades, trabalho colaborativo em um ambiente que propicie a integração e cooperação dos membros da equipe da Central de Processamento Eletrônico".

Sob a perspectiva operacional, o que se propõe é que a implantação possibilite, a partir da experiência agregada com o piloto, realizar adequações ao Programa e-Vara. O projeto-piloto em Santos poderá ser replicado para outras Subseções Judiciárias da 3ª Região.

Na opinião da diretora do Foro, juíza federal Luciana Ortiz Zanoni, "o modelo e-Vara foi elaborado de forma colaborativa e participativa, e está sendo implantando de forma transparente. Temos confiança que permitirá a otimização da tecnologia e possibilidades de novos formatos de trabalho, já que poderemos de forma cada vez mais eficiente usar os nossos recursos em prol do atendimento ao jurisdicionado". ■

# A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

No dia 3 de dezembro comemora-se o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência (PcD), instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o objetivo da conscientização mundial sobre a importância de assegurar melhor qualidade de vida e inclusão para essa parcela da população. De acordo com a ONU, cerca de 10% da população do planeta possui algum tipo de deficiência.

No âmbito da Justiça Federal da 3ª Região, as diretrizes envolvendo o tema avançam com a participação direta de servidores e magistrados. Para atender os preceitos da Lei 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) foi criada em 2016 a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão da 3ª Região (CPAI3R). “As atribuições são planejar, propor e zelar pela implantação de ações voltadas à acessibilidade e à integração das pessoas com deficiência”, explica a juíza federal Marisa Cassetari, da 9ª Turma Recursal, que atua como suplente do atual presidente da CPAI3R, desembargador federal Hélio Nogueira.

A Comissão atua através de relatórios e proposições que são submetidas ao TRF3 e posteriormente encaminhadas às Diretorias dos Foros das Seções Judiciárias de São Paulo e Mato Grosso do Sul. “São várias ações já implementadas como a capacitação de servidores em Libras para atendimento ao público com deficiência e o mapeamento de instalações quanto ao atendimento à NBR9050”, aponta a magistrada. “Estão em andamento medidas para eliminação de barreiras físicas e arquitetônicas em todos os prédios da Justiça Federal da 3ª região e adequação dos sistemas informatizados com ferramentas de acessibilidade”, explica a juíza Marisa Cassetari.

O servidor do NUSA, Antônio Sérgio Rodrigues, informa que a Justi-



Eduardo, Cristiane, Sérgio e Alexandre participam de debate sobre acessibilidade

ça Federal de São Paulo possui atualmente cadastrados 39 servidores com deficiência. “Esses colegas são pessoas que, além da capacidade profissional, possuem uma rica experiência de vida e contribuem de forma ímpar quando trabalham em um ambiente de inclusão”, afirma.

## Acessibilidade na JFSP

O servidor do Núcleo de Apoio Judiciário, Alexandre Ferraretto, entrou na Justiça Federal em 1999. “Quando cheguei fui muito bem acolhido. Lembro que o concurso que prestei em 1996 não destinava vagas para pessoas com deficiência. De lá para cá, sinto que a sociedade mudou e a Justiça acompanhou essa evolução positiva”, lembra. “Acredito que precisamos evoluir em relação às barreiras atitudinais para nos tornarmos uma sociedade verdadeiramente inclusiva”, avalia.

A servidora do TRF3, Elisabete Mataruco, que também atua na

CPAIR3R, ingressou na instituição em 2011. “Desde o meu exame psicotécnico me senti bem acolhida e isso se repetiu em relação aos colegas de trabalho. Fui autorizada a usar o estacionamento do prédio, algo muito importante para o acesso de quem tem uma deficiência física e se preocupa com o transporte”, relata.

O Núcleo de Infraestrutura (NUIN) é o setor responsável pelas adequações nos edifícios da JFSP no que se refere à acessibilidade. O trabalho visa possibilitar aos servidores, magistrados e cidadãos que são atendidos pela instituição, o acesso com autonomia e dignidade dentro das suas instalações.

Com esse objetivo, o Núcleo realizou um mapeamento de acessibilidade nos 54 edifícios da SJSP e colocou em prática um plano de ação para realizar as adequações necessárias. Esse foi o caso do prédio em Araçatuba, que possui certificado de acessibilidade, e de São José do Rio Preto. ■

De acordo com o Decreto Nº 6.949, de 25 de Agosto de 2009, que promulgou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, “pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas”.

# POLO REGIONAL IV

Localizado na região noroeste do estado de São Paulo, o Polo Regional IV é composto pelas Subseções de Andradina, Araçatuba, Jales, Presidente Prudente, São José do Rio Preto e Tupã, sendo o juiz federal Roberto Cristiano Tamantini, da 2ª Vara Federal de São José do Rio Preto/SP, o representante das referidas Subseções Judiciárias nas reuniões do Conselho de Governança Integrada (CONGIP), que ocorrem regularmente na Diretoria do Foro.

Com uma população estimada em 1 milhão de pessoas sob sua jurisdição (leia box), o Polo IV possui características peculiares da região noroeste do estado. Sua história econômica esteve por muito tempo ligada à cafeicultura, principalmente no início do século XX. Hoje, é considerada um dos principais polos industriais, culturais e de serviços

do interior, caracterizando-se por uma economia de grande porte e bastante diversificada, sendo uma das regiões mais ricas da América Latina.

“Os Polos Regionais têm fundamental importância como canal facilitador para a comunicação de juízes e servidores com a Diretoria do Foro, atuando no levantamento dos problemas e necessidades da região de sua abrangência como, por exemplo, no tocante à segurança, fornecimento de materiais, obras e melhorias em geral, bem como na discussão e apresentação de ideias, metas estratégicas, projetos e boas práticas que contribuam para o aprimoramento da administração”, disse Roberto Tamantini.

De acordo com um levantamento feito pela Subseção de São José do Rio Preto, as demandas mais comuns do

Polo IV são relativas ao fornecimento de mobiliário e equipamentos para os fóruns; melhorias no tocante à segurança e acessibilidade, bem como nos sistemas de prevenção e combate a incêndios; instalação de sistemas fotovoltaicos, destinados à economia de energia; autonomia orçamentária para os diretores realizarem pequenas obras ou aquisição de bens e equipamentos de baixo custo e maior qualificação para os servidores que atuam nas atividades de gestão.

Destacam-se, ainda, a realização e/ou projetos de obras em várias Subseções. Por exemplo, a construção do Fórum de Andradina, que ainda paga aluguel, mas já conta com terreno próprio; a ampliação do átrio do Fórum de Presidente Prudente; a reforma e ampliação do sistema de cabos de rede em São José do Rio Preto e a reforma da rede elétrica no Fórum de Tupã. “As reuniões do CONGIP são essenciais para o levantamento da realidade existente nos polos regionais”, disse o juiz. ■

AÇÕES JUDICIAIS				
	Processos Físicos	Processos Eletrônicos (PJe)	Processos nos JEF's	Total
Polo Regional IV	19.573	39.963	31.860	91.396 (7,53%)
SJSP	328.629	608.758	275.905	1.213.292 (100%)

Polo Regional IV			
	Processos Físicos	Processos Eletrônicos	Total
Cível	2.075	16.831	18.906
Criminal	3.061	650	3.711
Fiscal/Tributário	12.409	16.805	29.214
Previdenciária	2.028	5.677	7.705
Juizados	0	31.860	31.860
TOTAL	19.573	71.823	91.396

Seção Judiciária de São Paulo			
	Processos Físicos	Processos Eletrônicos	Total
Cível	30.801	180.648	211.449
Criminal	25.771	7.063	32.834
Fiscal/Tributário	252.464	299.499	551.963
Previdenciária	19.593	121.548	141.141
Juizados	0	275.905	275.905
TOTAL	328.629	884.663	1.213.292

PERFIL REGIONAL					
	População (estimada 2019)	População (censo 2010)	Salário médio (2017)	IDH (2010)	Saneamento Básico (2010)
Andradina	57.157	55.334	2,3 salários mín.	0,779	91,2%
Araçatuba	197.016	181.579	2,5 salários mín.	0,788	98,0%
Jales	49.107	47.012	2,2 salários mín.	0,776	94,1%
Presidente Prudente	228.743	207.610	2,6 salários mín.	0,806	98,1%
S.J.Rio Preto	460.671	408.258	2,7 salários mín.	0,797	95,8%
Tupã	65.524	63.476	2,0 salários mín.	0,771	97,4%
TOTAL:	1.058.218	963.269	2,3 salários mín.	0,786	95,76%

## Fontes:

Divisão de Estatística e Gerenciamento de Dados Estratégicos - DEGE/TRF3 (nov/2019)

Núcleo de Apoio Judiciário – NUAJ/SJSP (nov/2019)

Coordenadoria dos JEF's 3ª Região/GACO (nov/2019)

IBGE: <http://cidades.ibge.gov.br>

# OS CUIDADOS PARA AS COMPRAS ONLINE

Fazer as compras de final de ano evitando filas, problemas de trânsito ou disputa de vaga no estacionamento do shopping. Além disso, ter a possibilidade de pesquisar preço e receber o produto em casa, mesmo que ele não esteja disponível para compra no Brasil. Essas são algumas das vantagens que tornam cada vez mais tentador para os consumidores utilizar o e-commerce.

Dados de uma pesquisa divulgada no final de 2018 apontam que cerca de 74% dos brasileiros utilizam o seu smartphone em pelo menos um dos passos no processo de compra pela internet. O segmento de comércio eletrônico é o maior beneficiado, apresentando, no Brasil, um robusto crescimento de mais de 12%, com um faturamento de R\$ 53,2 bilhões.

O problema, no entanto, ocorre quando o que poderia ser uma experiência agradável se transforma em uma dor de cabeça. Entregas atrasadas, produtos com defeito ou danificados e o processo de pós-venda, representados pelos Serviços de Atendimento ao Cliente (SACs) pouco ou nada eficientes, colaboram para colocar o setor como um dos líderes em reclamações.

A Fundação Procon-SP, o primeiro órgão público de proteção e defesa do consumidor criado no país, informa que só no primeiro semestre de 2019 recebeu 33.628 reclamações relacionadas às compras pela internet. O quesito demora na entrega ou a não entrega de um produto é, inquestionavelmente, a principal reclamação dos consumidores.

## Dicas de quem entende

Especialista no assunto, a coordenadora de atendimento do Procon-SP, Renata Reis, aponta alguns cuidados e ações para realizar uma compra segura. “Procure adquirir produtos em sites confiáveis, que tenham informações claras sobre seu endereço eletrônico, localização, contato, política de troca e devolução, além de uma política de atendimento aos consumidores estrangeiros”, aconselha. “Lembre-se que o Código de Defesa do Consumidor regula apenas as relações de consumo em sites de empresas com escritório ou representação no Brasil”, explica.

A coordenadora aconselha um procedimento racional na hora da compra: analise a oferta e evite comprar por im-

pulso. Pergunte a si mesmo se realmente precisa do produto e se precisa comprá-lo agora. Verifique as características do produto, analise a sua descrição, compare-o com outras marcas, visite a página do fabricante para confirmar as suas funções e certifique-se de que ele atende à sua necessidade.

Renata Reis sugere que a sua pesquisa chegue até o fornecedor do produto. Procure a identificação do site e de todos os fornecedores envolvidos em sua compra virtual (razão social, CNPJ ou CPF, endereço físico e eletrônico, telefone e outras formas de contato além do e-mail). Na dúvida busque referências de fornecedores recomendados por amigos ou familiares.

Fique atento às formas de pagamento. Redobre os cuidados quando o site disponibiliza como única forma de pagamento o depósito em conta corrente ou conta poupança, especialmente para pessoas físicas.

O Procon divulga em seu site\*\* uma lista de lojas virtuais que devem ser evitadas pelo consumidor e também um Guia do Comércio Eletrônico que pode ser consultado e baixado gratuitamente. Mas, se após a compra surgirem problemas, procure um dos vários canais de atendimento do órgão. “Guarda com cuidado a nota fiscal. Sem ela pode ser difícil fazer valer os seus direitos de consumidor. Também é interessante ter o print da página da internet com as ofertas, a descrição, preço, prazo de entrega, entre outras informações do produto ou serviço”, adverte a coordenadora do Procon-SP. ■

\*\*Procon.sp.gov.br > Espaço Consumidor >

PROCON na Mídia > Publicações



# TURISMO RURAL

O estado de São Paulo é rico em história e paisagens deslumbrantes que podem se transformar em passeios diferentes daqueles habituais feitos nos centros urbanos. Trilhas pela Mata Atlântica, pescarias, passeios de balão, entre outros, são algumas das sugestões dessa matéria.

## Floresta Nacional de Ipanema – história e fauna em um único lugar

A Fazenda Ipanema, como é popularmente conhecida, está localizada a 120 km da cidade de São Paulo e distribuída entre os municípios de Araçoiaba da Serra, Iperó e Capela do Alto. A região recebeu em 1810 a “Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema”, primeira siderúrgica americana no país, estando os remanescentes dos prédios disponíveis para visitação pública.

Criada em 1992, a Floresta Nacional de Ipanema é administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). É composta por 5.069 hectares, sendo a maioria de Mata Atlântica, considerado um dos maiores locais desse ecossistema no Brasil. Trilhas pela fauna e flora é outra opção de lazer oferecida pelo parque.

A Floresta Nacional de Ipanema está aberta de terça à domingo, das 8h às 16h, podendo permanecer no parque até às 17h. O valor do ingresso por pessoa é R\$ 9,00 e o pagamento é aceito apenas em dinheiro.



## Parque Maeda

O Complexo Maeda fica no km

18 da Rodovia Deputado Archimedes Lammoglia, em Itu/SP. Embora seja conhecido por seu pesqueiro, possui uma variedade de outras atividades como teleférico, piscinas com tobogãs, brinquedos aquáticos, arborismo, além de passeios a cavalo, carruagem, trenzinho e helicóptero. Ainda é possível hospedar-se no local em um apartamento ou chalé.

Para visitar o Parque Maeda é necessário adquirir um passaporte de R\$ 99 ou R\$ 75, no caso de crianças entre 5 a 10 anos. No pacote estão inclusas algumas atividades além de almoço self-service com bebidas.



## Passeio de Balão

A cidade de Boituva, localizada a 116 km de São Paulo, tem como uma opção de lazer os passeios de balão. Os voos têm duração de uma hora e têm com trajetos em regiões urbanas e rurais, o que inclui campos e rios, a uma distância de 500 metros de altura em áreas habitadas e quase ao nível do solo em regiões de mata, chegando em alguns momentos a tocar o topo das árvores.

Os preços variam de acordo com o pacote e agência contratada, existindo viagens em grupos, casais e outras que incluem brinde de champanhe ou café da manhã. Os passeios são uma excelente opção tanto para casais, que procuraram uma atividade romântica, como também para aventureiros.

O mais simples oferecido é o voo cativo, onde o balão permanece a cerca de 40 metros do solo amarrado. Já os mais complexos podem incluir brinde de champanhe e um café da manhã em um hotel da região.



## Barquário

O Barquário encontra-se na cidade de Ubatuba/SP. Trata-se de um barco com fundo de vidro, possibilitando que os visitantes vejam o fundo do mar durante o passeio pelo litoral. As águas claras das praias locais acabam por permitir que os turistas vejam a fauna e flora local, como se estivessem em um aquário.

Além das explicações oferecidas pelo guia, que funcionam como uma aula de biologia, um dos atrativos do passeio de cerca de duas horas são as paradas, onde os turistas podem mergulhar no mar e explorar os locais, além de tirarem boas fotos através do casco transparente da embarcação.

O Barquário funciona diariamente das 9h às 18h, partindo da Praia do Itaguá. As viagens, que têm capacidade para 20 pessoas, devem ser reservadas com antecedência através do site oficial. Os pacotes oferecidos incluem equipamentos de mergulho. ■



# EVENTOS E CULTURA



## PEÇA O MÁGICO DE OZ

Baseado no clássico infantil de Lyman Frank Baum, “O Mágico de Oz” retorna para os palcos de São Paulo em comemoração aos 120 anos do lançamento do livro e 80 da estreia nos cinemas. Na história, Dorothy (Bia Jordão) e seu cão Totó, são levados por um ciclone para a Cidade de Esmeralda, onde encontram um espantalho, um leão e um homem de lata. Direção de Billy Bond. De 11/1 a 19/1. Teatro Bradesco, Rua Palestra Itália, nº 500. Bourbon Shopping, São Paulo/SP. Ingressos de R\$ 70 a 180 reais.



## LULU SANTOS - PRA SEMPRE

O cantor e jurado do programa “The Voice Brasil” chega aos palcos de São Paulo em Janeiro com o álbum “Pra Sempre”, cujo repertório é dedicado ao amor. O show contará com novas músicas além dos seus grandes hits, já conhecidos do público. Sexta-feira, dia 31/1 às 20h30, no Espaço das Américas. Rua Tagipuru nº 795, Barra Funda, São Paulo/SP. Ingressos a partir de R\$ 60.



## SHEN YUN 2020

Sucesso em todo mundo, “Shen Yun” é um espetáculo que mostrará as lendas e danças milenares chinesas combinadas com tecnologia de última geração. No show os dançarinos executam, além de passos de dança, giros e piruetas diante de um enorme telão animado. De 30 de janeiro a 2 de fevereiro, no Unimed Hall. Av. das Nações, 17955, São Paulo/SP. Ingressos de R\$ 300 a R\$ 695.



## EXPOSIÇÃO LEONARDO DA VINCI – 500 ANOS DE UM GÊNIO

O MIS (Museu da Imagem e do Som) em parceria com o Museo Leonardo Da Vinci, de Roma, apresentará até o dia 1º de março/2020, uma exposição que contará a vida e o legado do polímata italiano. São 18 áreas temáticas que contam com réplicas de máquinas desenhadas, além de animações gráficas e conteúdo multimídia e imersiva. De Terça à domingo, inclusive feriados, das 10h às 20h30. Ingressos gratuitos às terças. De quarta a sexta, R\$ 30 a inteira. Sábado, domingos e feriados, R\$ 40 reais.



## 21ª BIENAL DE ARTES CONTEMPORÂNEA SESC\_VIDEBRASIL

Com o tema “Comunidades Imaginadas”, o Sesc 24 de Maio promove até fevereiro/2020 uma exposição composta por vídeos, pinturas, instalações e fotografias sobre diferentes comunidades. São 60 obras de artistas provenientes de 28 países. Até 2/2, no Sesc 24 de maio. Rua 24 de maio, 109, República, São Paulo/SP. Das 9h às 21h. Entrada gratuita.

## LIVROS E FILMES

**DIREITO ADUANEIRO VOLUME 1 E 2****Assunto:** Jurídico**Autor:** Herbert Cornelio Pieter de Bruyn Júnior

As obras escritas originalmente como tese de doutorado são embasadas na experiência do autor como auditor fiscal da Receita federal, além de juiz federal atuando em Santos e Guarulhos, respectivamente o maior

porto e aeroporto da América Latina. Matéria multidisciplinar, a compreensão do Direito Aduaneiro e de suas penalidades exige percorrer a Filosofia e a teoria geral do Direito, do Direito Internacional, Constitucional, Administrativo, Tributário e o Penal. Só assim tornam-se nítidos aspectos inerentes à função de controlar o ingresso ou saída de bens do território brasileiro. Autor: graduado em Direito pela Universidade de São Paulo (1986), com mestrado (2004) e doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2016). Especialização em Direito Aduaneiro (ESAF, 1992).

**DIREITO E LIBERDADE****Assunto:** Jurídico**Autores:** Luis Frederico Balsalobre Pinto e outros

A obra é fruto do estudo e reflexão de profissionais de diversas áreas do Direito, desde advogadas (os), membros da Magistratura, Defensoria Pública e Ministério Público de São Paulo. Todos são doutores, mestres e mestrandos do curso de Direito da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

O leitor poderá aproveitar as análises e os questionamentos sobre liberdade de expressão, de comunicação, de pensamento, de locomoção, liberdades públicas e privadas e liberdade política, dentre outras. O livro interessa ao profissional do Direito como repositório de teorias e linhas de pensamento de vanguarda, ou à pessoa interessada em estudar Direito e Liberdade em suas diversas manifestações.

## CINEMA

**A VIDA INVISÍVEL****Data de lançamento** 21 de novembro de 2019 (2h 19min)**Direção:** Karim Aïnouz**Elenco:** Carol Duarte, Julia Stockler e Gregório Duvivier**Gêneros:** Drama, Romance**Nacionalidades:** Brasil e Alemanha

Rio de Janeiro, década de 1940. Eurídice (Carol Duarte) é uma jovem talentosa, mas bastante introvertida. Guida (Julia Stockler) é sua irmã mais velha, e o oposto de seu temperamento em relação ao convívio social. Ambas vivem em um rígido regime patriarcal, o que faz com que trilhem caminhos distintos: Guida decide fugir de casa com o namorado, enquanto Eurídice se esforça para se tornar uma musicista, ao mesmo tempo em que precisa lidar com as responsabilidades da vida adulta e um casamento sem amor com Antenor (Gregório Duvivier).

## HOME VÍDEO

**O IRLANDÊS****Data de lançamento:** 27 de novembro de 2019 (3h 29min)**Direção:** Martin Scorsese**Elenco:** Robert De Niro, Al Pacino e Joe Pesci**Gêneros** Suspense, Biografia**Nacionalidade** EUA

Conhecido como “O Irlandês”, Frank Sheeran (Robert De Niro) é um veterano de guerra cheio de condecorações que concilia a vida de caminhoneiro com a de assassino de aluguel número um da máfia. Promovido a líder sindical, ele torna-se o principal suspeito quando o mais famoso ex-presidente da associação desaparece misteriosamente.

Fonte: Adoro Cinema

# BOAS FESTAS

**Mais um ano de muito trabalho e grandes resultados se encerra, abrindo caminho para novos sonhos serem realizados, que o espírito de Natal renove as nossas energias para o ano que vai nascer.**

**São os votos da Diretoria do Foro para todos os desembargadores, juízes, servidores, colaboradores e amigos da Justiça Federal em São Paulo.**